



Relatório Anual 2014
Banco de Tokyo-
Mitsubishi UFJ Brasil S/A



Índice

Quem somos e nossa história

Missão, Visão e Valores

Banco Globalizado

Recursos Humanos

Responsabilidade Social

Gerenciamentos de Risco

Balanços Patrimoniais

Demonstração de Resultado

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações do Fluxo de Caixa – Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes

Endereços e Telefones

Quem somos e nossa história

O Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ é uma instituição financeira com sede no Japão e resulta de diversas fusões e incorporações de instituições financeiras reconhecidas no Japão e no mundo, ocorridas ao longo de mais de 130 anos.

Por centenas de anos, o Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ tem ajudado seus clientes a atingir os seus objetivos financeiros. Desde o início, a organização mantém a tradição de cultivar a excelência nos relacionamentos com os clientes, por meio de atendimento personalizado e duradouro.

No Brasil, a sua trajetória começou em 1919 com a instalação, no Rio de Janeiro, da filial japonesa do Yokohama Specie Bank, posterior Bank of Tokyo. Já o Mitsubishi Bank passou a atuar no Brasil em 1950 por meio do Banco Tozan, criado em 1926 para atender à crescente demanda do café.

Missão, visão e valores

O BTMU Brasil possui uma gestão sólida que inspira confiança e credibilidade. Nossos quase 100 anos de atuação no País são baseados em valores que visam garantir um relacionamento forte e duradouro com nossos clientes.

✓ **MISSÃO**

Ser uma instituição de força, empenhada em satisfazer as necessidades de nossos clientes, servindo à sociedade e promovendo o crescimento compartilhado e sustentável para um mundo melhor.

✓ **VISÃO**

Ser o grupo financeiro mais confiável do mundo.

✓ **VALORES**

1. Integridade e responsabilidade

Ser justo, transparente e honesto.

Agir de forma responsável para satisfazer o interesse do cliente e da sociedade como um todo, construindo um relacionamento de longo prazo e retribuindo à nossa comunidade.

2. Profissionalismo e trabalho em equipe

Respeitar a diversidade da nossa equipe e incentivar um espírito de trabalho em equipe.

Trabalhar para obter o nível mais alto de profissionalismo.

3. Desafio de crescimento

Adotar uma perspectiva global de antecipar as tendências e oportunidades de crescimento. Criar e sustentar um ambiente de trabalho dinâmico, onde todos possam se concentrar em fornecer um excelente serviço ao cliente e encarar novos desafios.

Banco Globalizado

O Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ (BTMU) é o principal banco do Japão, com uma rede mundial que engloba mais de 40 países. A instituição oferece um escopo abrangente de produtos e serviços de atividades bancárias comerciais e de investimento para empresas, governos e pessoas físicas em todo o mundo. No continente americano, conta com unidades nos Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, Chile, Peru, Argentina e Colômbia, atendendo principalmente a clientes corporativos.

O Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG) é um dos maiores e mais diversificados grupos financeiros do mundo com um total de ativos de aproximadamente US\$ 2.3 trilhões (dezembro de 2014). Os serviços oferecidos incluem commercial banking, trust banking, securities, cartões de crédito, consumer finance, asset management e operações de leasing.

Entre as unidades operacionais do grupo MUFG estão o Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Mitsubishi UFJ Trust and Banking Corporation (o principal trust bank do Japão), Mitsubishi UFJ Securities Holdings Co., Mitsubishi UFJ NICOS Co. e Mitsubishi UFJ Leasing & Finance Limited. As ações do MUFG são negociadas nas bolsas de valores de Tóquio, Osaka, Nagoya e Nova Iorque (NYSE: MTU), com capitalização de mercado de US\$ 76 bilhões em 19 de março de 2012.

Em 2008, o MUFG adquiriu 100% da posse do Union Bank, um banco de varejo e atacado com sede em São Francisco (Estados Unidos) e atuação nas cidades da Califórnia, Illinois, Oregon, Texas, Nova Iorque e Washington. No mesmo ano, o grupo adquiriu participação acionária no Morgan Stanley, e hoje detém 22,4% de ações ordinárias da companhia.

No Brasil, o MUFG também tem 2,49% de ações ordinárias do Banco Bradesco S.A. O direcionamento no País é para atividades bancárias em grande escala, com escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro, que contam com a força do grupo para oferecer soluções customizadas e atendimento personalizado, com a essência e tradição de um banco respeitado mundialmente.

Recursos Humanos

Presente no País há quase 100 anos, o BTMU Brasil pertence a um dos maiores grupos financeiros do mundo, MUFG – Mitsubishi UFJ Financial Group. Somos um banco global e multicultural e acreditamos na importância do relacionamento de longo prazo com nossos clientes, parceiros e colaboradores.

Com toda essa tradição e confiabilidade, contabilizamos valores globais que se fazem presentes em toda a nossa gestão:

- Integridade e Responsabilidade
- Profissionalismo e Trabalho em equipe
- Desafio de crescimento

Em 2011, recebemos uma injeção de capital, ampliamos nossas operações no Brasil e iniciamos um processo de crescimento bastante acentuado. De 2011 a 2014, alavancamos o número de colaboradores, investindo fortemente no capital humano por meio da criação de uma gestão de Recursos Humanos estratégica, voltada à sustentabilidade do negócio a longo prazo.

Nossos direcionamentos estratégicos para as ações em gestão de pessoas são:

- Educação como base para o desenvolvimento individual e do Banco
- Desenvolvimento organizacional e do indivíduo
- Atração e retenção de talentos
- Remuneração e reconhecimento como uma fonte de motivação básica, mas não única
- Cultura híbrida como identidade organizacional
- Clima interno como agente de evolução

Continuamos crescendo e investindo no desenvolvimento contínuo de nossos colaboradores, buscando maximizar o potencial de cada um e respeitando as diferenças. Para isso, contamos com a Academia Corporativa BTMU Brasil, estrutura que disponibiliza ações de educação e desenvolvimento para gestores e colaboradores.

Estamos sempre em busca de profissionais e jovens talentos que acreditam em nossos valores, que possuam capacidade de propor soluções criativas e tenham o prazer de atuar em um ambiente multicultural e de alto desempenho.

Responsabilidade Social

O BTMU Brasil compartilha, com as comunidades nas quais atua, seu maior bem: o talento de seus colaboradores.

O Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG), holding a qual pertence o Banco de Tokyo Brasil Mitsubishi (BTMU), é signatário do mais importante protocolo de finanças sustentáveis do mundo, [Princípios do Equador](#), há mais de uma década.

Por adesão voluntária, este protocolo é composto de padrões que orientam o desenvolvimento de negócios de forma social e ambientalmente responsável e foi o marco inicial da prática da sustentabilidade dentro do MUFG.

As iniciativas de Responsabilidade Socioambiental promovidas pelo BTMU Brasil estão alinhadas aos valores institucionais do MUFG. Sua realização reitera, assim, o compromisso do Grupo em ser uma instituição de força, empenhada em satisfazer as necessidades dos clientes, servindo a sociedade e promovendo o crescimento compartilhado e sustentável para um mundo melhor.

Desde 2011, quando o BTMU Brasil ampliou suas práticas e a abrangência de sua atuação em Responsabilidade Socioambiental, priorizou-se ofertar aos colaboradores um ambiente de trabalho dinâmico, estabelecer uma relação ética com clientes e apoiar comunidades. Assim, o tema tem ganhado relevância em nossas práticas de gestão e na relação com os colaboradores. Como resultado, conquistamos por dois anos consecutivos, 2012 e 2013, o maior reconhecimento mundial do Grupo MUFG para ações de apoio comunitário – o Corporate Social Responsibility Award / Gives Back.

Gerenciamento de Riscos

O Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil considera o processo de gerenciamento de riscos essencial em todas as suas atividades, utilizando-o para agregar valor aos seus negócios, proporcionar suporte no planejamento de suas atividades e maximizar a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício de seus acionistas e da sociedade como um todo.

Consideramos, ainda, que a adoção destas medidas é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços oferecidos no mercado, assim como pela globalização dos negócios.

Por esta razão, o BTMU Brasil aprimora continuamente suas atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, aplicando e aliando as melhores práticas do mercado financeiro internacional às práticas locais.

A estrutura organizacional para o gerenciamento de riscos no BTMU conta com a participação diretiva, mediante o funcionamento de comitês executivos subordinados à Presidência. Tais comitês estabelecem as políticas e diretrizes para o acompanhamento dos riscos.

Há, também, uma área independente da área de negócios, o Risk Management, que tem por atribuição a responsabilidade pelo monitoramento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional de forma integrada, demonstrando o compromisso da instituição com o tema e assegurando um gerenciamento adequado que também atenda às exigências do regulador e aos conceitos emanados pelo Novo Acordo de Capitais da Basileia (Basileia III).



✓ Risco de Crédito

O BTMU Brasil define o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito é monitorado, controlado e supervisionado por uma área independente da área de negócios – Risk Management – grupo Credit Risk Control –, o qual, por meio de sistemas, controla e monitora a aderência à política e aos riscos de crédito, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação destas, associados a cada unidade do banco.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito conta com a participação diretiva do BTMU por meio da tomada de decisões dos comitês de crédito, visando ao acompanhamento contínuo e à mitigação dos riscos de crédito. A estrutura é apoiada por sistemas informatizados que monitoram as operações de crédito, suas garantias e as condições dos limites concedidos aos nossos clientes. Esta estrutura possui diretoria responsável e foi elaborada com base na Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 30 de abril de 2009.

✓ Risco de Mercado

O BTMU Brasil define o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da variação de fatores de risco como taxa de juros, taxas de câmbio, índices e preços.

O BTMU adota uma política e uma exposição muito conservadora aos fatores de risco de mercado. O controle de cada um desses fatores de risco é monitorado, controlado e supervisionado por uma área independente da área de negócios – Risk Management – grupo Market Risk Control – que, por meio de sistemas, controla efetivamente o risco de mercado de forma global, a fim de prevenir a redução das posições, quando necessário.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado conta com a participação diretiva do BTMU por meio do Asset Liability Management Committee (Comitê de ALM), pelo qual são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento do risco de mercado.

A política de gestão do risco de mercado do BTMU consiste no monitoramento diário das posições sujeitas ao risco de mercado e dos respectivos limites estabelecidos, que emprega as metodologias de Value at Risk (VaR), Teste de Estresse e Análise de Sensibilidade, além de limites de Stop Loss e Exposição Financeira.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado foi elaborada com base na Resolução nº 3.464 do Conselho Monetário Nacional de 26 de junho de 2007.

Para que as atividades de gerenciamento do risco de mercado possam ser acompanhadas, o BTMU mantém:

- a) Políticas revisadas periodicamente e estratégias claras sobre os riscos de mercado
- b) Processos e sistemas que permitem o acompanhamento das operações do BTMU de forma tempestiva de

relatórios dos riscos de mercado que são encaminhados à direção do BTMU

- c) Controle das posições e dos resultados por portfólios/instrumentos financeiros; vis-à-vis os limites locais internos ou definidos pelo The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, (acionista controlador) a matriz
- d) Modelos de mensuração de risco de mercado tanto para cenários de rotina, quanto para cenários de estresse
- e) Adoção de limites de perda (Stop Loss) para os portfólios de negociação (Trading)
- f) Acompanhamento dos limites operacionais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil
- g) Processo formal para implantação de novos produtos e operações
- h) Revisão semestral dos limites locais internos

✓ **Risco de Liquidez**

BTMU Brasil define o risco de liquidez como o risco que advém da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Define-se, também, como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O BTMU adota uma política de manutenção conservadora dos níveis de liquidez e o controle, o monitoramento e a supervisão são feitos por uma área independente da área de negócios – Risk Management – grupo Market Risk Control, que controla efetivamente o risco de liquidez de forma global, a fim de prevenir qualquer incapacidade financeira do BTMU.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez conta com a participação direta do BTMU através do Asset Liability Management Committee (Comitê de ALM), pelo qual são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento do risco de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez foi elaborada com base na Resolução nº 4.090 do Conselho Monetário Nacional de 24 de maio de 2012.

Para que as atividades de gerenciamento do risco de liquidez possam ser acompanhadas, o BTMU mantém:

- a) Políticas revisadas periodicamente, estratégias que estabeleçam limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos
- b) Processos para controlar a exposição em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia e para cada moeda, permitindo o acompanhamento das operações do BTMU de forma tempestiva de relatórios do risco de liquidez que são encaminhados à direção do BTMU
- c) Políticas e estratégias de captação que proporcionem diversificação das fontes de recursos e prazos de vencimento
- d) Plano de contingência de liquidez revisado periodicamente
- e) Realização periódica de Testes de Estresse, com cenários de curto e longo prazo, idiossincráticos e sistêmicos
- f) Avaliação do risco de liquidez como parte da aprovação de novos produtos
- g) Revisão semestral dos limites locais

✓ **Risco Operacional**

O BTMU Brasil define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O gerenciamento de risco operacional é efetuado por uma área independente da área de negócios – Risk Management – grupo Operational Risk Control. Para obter eficiência na gestão de risco operacional, a instituição aprimora suas ferramentas de identificação e avaliação de riscos e se empenha na implantação de controles que estão efetivamente contribuindo para uma melhor gestão do risco operacional.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional conta com a participação diretiva do BTMU por meio do comitê de gerenciamento de risco operacional e com os responsáveis pelas áreas, em todos os níveis da organização, que são os principais responsáveis por identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, de forma a incorporar o conceito de gerenciamento de risco operacional no dia a dia dos negócios. Essa estrutura é apoiada por um sistema informatizado pelo qual são contemplados os riscos inerentes aos processos, conforme as oito categorias definidas pela Resolução nº 3.380 do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 29 de junho de 2006.

Algumas atividades relacionadas à gestão de riscos operacionais são desempenhadas por as áreas, tais como: riscos legais; gerenciamento de contratos de terceiros; conformidade às normas e regulamentos; combate à lavagem de dinheiro; gerenciamento de crises e plano de continuidade de negócios; práticas inadequadas a clientes, produtos e serviços; ativos tangíveis; e segurança da informação. Sendo estas responsáveis pela elaboração, disseminação e revisão das respectivas políticas e procedimentos, bem como a elaboração de relatórios destas atividades à alta administração.

No que se refere à mensuração quantitativa do risco operacional, o BTMU identifica os eventos de perdas relativos aos riscos, padroniza as informações e forma uma base de dados de perdas operacionais, conforme determinação do acionista controlador (a matriz), os quais também estão em consonância com as necessidades da regulamentação local. Estes eventos de perdas são avaliados individualmente a cada ocorrência e têm estabelecidos planos de ação como medidas preventivas para mitigar os riscos operacionais apresentados.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (reapresentado)
(Em milhares de Reais)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
Circulante	12 214 599	6 139 783	Circulante	10 538 749	5 198 270
Disponibilidades	430 073	7 789	Depósitos	1 460 497	2 039 704
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2 921 456	2 508 589	Depósitos à vista	143 748	149 849
Aplicações em operações compromissadas	2 863 167	2 390 142	Depósitos à prazo	1 316 749	1 889 855
Aplicações em depósitos interfinanceiros	37 805	55 469	Obrigações por operações compromissadas	238 530	148 510
Aplicações em moedas estrangeiras	20 484	62 978	Carteira de terceiros	238 530	148 510
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1 788 963	976 648	Relações interfinanceiras	2	544
Carteira própria	599 535	266 754	Recebimentos e pagamentos a liquidar	2	544
Vinculados a prestação de garantias	1 153 652	706 217	Relações interdependências	28 756	55 377
Instrumentos financeiros derivativos	35 776	3 677	Recursos em trânsito de terceiros	28 756	55 377
Relações interfinanceiras	75 169	66 880	Obrigações por empréstimos	2 545 456	974 454
Créditos vinculados:			Empréstimos no exterior	2 545 456	974 454
Depósitos no Banco Central	74 814	66 044	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	115 444	31 263
Correspondentes	355	836	BNDES	625	15 280
Operações de crédito	635 325	798 721	Finame	94 718	10 040
Operações de crédito:			Outras instituições oficiais	20 101	5 943
Setor privado	662 498	808 299	Obrigações por repasses do exterior	117 580	254 309
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27 173)	(9 578)	Repasses do exterior	117 580	254 309
Outros créditos	6 360 749	1 779 896	Instrumentos financeiros derivativos	100 285	80 918
Carteira de câmbio	6 326 432	1 751 703	Instrumentos financeiros derivativos	100 285	80 918
Rendas a receber	1 122	4 516	Outras obrigações	5 932 199	1 613 191
Negociação e intermediação de valores	34 798	26 256	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1 409	195
Diversos	1 918	260	Carteira de câmbio	5 537 599	1 407 591
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(3 521)	(2 839)	Sociais e estatutárias	975	1 490
Outros valores e bens	2 864	1 260	Fiscais e previdenciárias	194 263	160 684
Despesas antecipadas	2 864	1 260	Negociação e intermediação de valores	140 933	3 251
			Provisão para passivos contingentes	28 443	22 100
			Diversos	28 577	17 880
Não Circulante	809 203	587 894	Passivo Não Circulante	1 348 486	425 614
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2 681	-	Obrigações por empréstimos	683 696	117 576
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2 681	-	Empréstimos no exterior	683 696	117 576
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	327 909	227 497	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	97 156	37 729
Carteira própria	14 810	-	BNDES	58 913	27 548
Vinculados a prestação de garantias	291 939	218 215	Finame	38 243	10 181
Instrumentos financeiros derivativos	21 160	9 282	Obrigações por repasses do exterior	72 319	82 635
Operações de crédito	225 363	142 701	Repasses do exterior	72 319	82 635
Operações de crédito:			Instrumentos financeiros derivativos	495 315	187 674
Setor privado	226 118	144 948	Instrumentos financeiros derivativos	495 315	187 674
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(755)	(2 247)			
Outros créditos	252 965	217 594			
Devedores por depósito em garantia	187 327	172 150			
Diversos	65 638	45 444			
Outros valores e bens	285	102			
Despesas antecipadas	285	102			
Permanente	58 720	55 159	Resultado de exercícios futuros	684	531
Investimentos	1	1	Patrimônio líquido	1 194 603	1 158 421
Outros investimentos	196	196	Capital social	853 071	853 071
Provisão para perdas	(195)	(195)	De domiciliados no País	4 445	4 445
Imobilizado de uso	44 303	45 965	De domiciliados no exterior	848 626	848 626
Imóveis de uso	30 362	28 645	Reservas de capital	5 103	5 103
Outras imobilizações de uso	34 625	33 616	Reservas de lucros	340 826	304 277
Depreciações acumuladas	(20 684)	(16 296)	Ajustes de avaliação patrimonial	(356)	(124)
Ativo Intangível	14 392	9 130	Ações em tesouraria	(4 041)	(3 906)
Ativos intangíveis	29 167	19 975			
Amortização acumulada	(14 775)	(10 845)			
Diferido	24	63			
Gastos de organização e expansão	5 624	5 703			
Amortização acumulada	(5 600)	(5 640)			
Total do ativo	13 082 522	6 782 836	Total do passivo e patrimônio líquido	13 082 522	6 782 836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (reapresentado) e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	2º Semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Receitas da intermediação financeira	<u>556.496</u>	<u>643.577</u>	<u>511.773</u>
Operações de crédito	59.361	92.954	96.048
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	209.404	379.270	270.530
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	237.864	149.465	80.448
Resultado de operações de câmbio	49.867	21.888	64.747
Despesas da intermediação financeira	<u>(435.264)</u>	<u>(420.631)</u>	<u>(321.362)</u>
Operações de captação no mercado	(91.149)	(176.736)	(152.087)
Operações de empréstimos e repasses	(331.003)	(227.110)	(163.230)
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	(13.112)	(16.785)	(6.045)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>121.232</u>	<u>222.946</u>	<u>190.411</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(85.089)</u>	<u>(147.842)</u>	<u>(102.398)</u>
Receitas de prestação de serviços	13.804	35.576	29.521
Rendas de tarifas bancárias	463	926	764
Despesas de pessoal	(54.369)	(102.527)	(86.120)
Outras despesas administrativas	(32.010)	(60.287)	(49.661)
Despesas tributárias	(6.090)	(10.531)	(8.172)
Outras receitas operacionais	7.818	9.690	35.481
Outras despesas operacionais	(14.705)	(20.689)	(24.211)
Resultado operacional	<u>36.143</u>	<u>75.104</u>	<u>88.013</u>
Resultado não operacional	<u>(13)</u>	<u>(28)</u>	<u>(51)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>36.130</u>	<u>75.076</u>	<u>87.962</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(19.114)</u>	<u>(36.350)</u>	<u>(40.327)</u>
Provisão para imposto de renda	(17.391)	(28.310)	(18.435)
Provisão para contribuição social	(10.498)	(17.058)	(11.150)
Ativo/passivo fiscal diferido - Impostos e contribuições	8.775	9.018	(10.742)
Lucro líquido do semestre / exercício	<u>17.016</u>	<u>38.726</u>	<u>47.635</u>
Quantidade de ações em circulação (por lote de mil ações)	<u>4.331.569</u>	<u>4.331.569</u>	<u>4.332.060</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>3,93</u>	<u>8,94</u>	<u>11,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (reapresentado) e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital Social	Ágio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2012 - anteriormente apresentado	853 071	4 947	156	20 874	221 846	256	-	(3 906)	1 097 244
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	16 532	-	-	-	16 532
Saldos em 31 de dezembro de 2012 - ajustado	853 071	4 947	156	20 874	238 378	256	-	(3 906)	1 113 776
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(380)	-	-	(380)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	-	-	-	7	-	-	-	7
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	47 635	-	47 635
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	2 259	-	-	(2 259)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(2 617)	-	(2 617)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	42 759	-	(42 759)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>853 071</u>	<u>4 947</u>	<u>156</u>	<u>23 133</u>	<u>281 144</u>	<u>(124)</u>	<u>-</u>	<u>(3 906)</u>	<u>1 158 421</u>
Mutações do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 259</u>	<u>42 766</u>	<u>(380)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44 645</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	853 071	4 947	156	23 133	281 144	(124)	-	(3 906)	1 158 421
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(232)	-	-	(232)
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	-	-	-	-	-	(135)	(135)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	-	-	-	18	-	-	-	18
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	38 726	-	38 726
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	1 936	-	-	(1 936)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(2 195)	-	(2 195)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	34 595	-	(34 595)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>853 071</u>	<u>4 947</u>	<u>156</u>	<u>25 069</u>	<u>315 757</u>	<u>(356)</u>	<u>-</u>	<u>(4 041)</u>	<u>1 194 603</u>
Mutações do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 936</u>	<u>34 613</u>	<u>(232)</u>	<u>-</u>	<u>(135)</u>	<u>36 182</u>
Saldos em 30 de junho de 2014	853 071	4 947	156	24 218	300 556	(301)	-	(3 912)	1 178 735
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(55)	-	-	(55)
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	-	-	-	-	-	(129)	(129)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	17 016	-	17 016
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	851	-	-	(851)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(964)	-	(964)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	15 201	-	(15 201)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>853 071</u>	<u>4 947</u>	<u>156</u>	<u>25 069</u>	<u>315 757</u>	<u>(356)</u>	<u>-</u>	<u>(4 041)</u>	<u>1 194 603</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>851</u>	<u>15 201</u>	<u>(55)</u>	<u>-</u>	<u>(129)</u>	<u>15 868</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (reapresentado) e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Caixa gerado nas atividades operacionais	1.551.157	870.678	595.713
Lucro líquido do semestre / exercício	17.016	38.726	47.635
Ajustes ao lucro líquido:	32.309	44.928	1.053
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.385	16.103	4.439
Constituição / (Reversão) de provisão para outros créditos	(2.273)	682	1.606
Depreciações e amortizações	4.720	9.153	7.813
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	9.114	13.502	5.420
Constituição / (Reversão) de provisão atuarial	5.336	5.336	(18.437)
Varição nos resultados de exercícios futuros	27	152	212
Lucro líquido ajustado	49.325	83.654	48.688
Varição nos ativos operacionais:	(4.468.868)	(5.508.057)	(467.934)
(Aumento) / Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	67.862	19.997	(35.752)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(331.247)	(912.959)	(211.375)
(Aumento) / Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(32.168)	(35.452)	13.256
(Aumento) / Redução em operações de crédito	(216.695)	64.631	(370.893)
(Aumento) / Redução em outros créditos e outros valores e bens	(3.956.620)	(4.644.274)	136.830
Varição nos passivos operacionais:	5.970.700	6.295.081	1.014.959
(Redução) / Aumento em depósitos	(199.339)	(579.207)	683.387
(Redução) / Aumento em captações no mercado aberto	60.531	90.020	(78.508)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	1.761.659	2.133.684	375.841
Aumento em instrumentos financeiros derivativos (líquido do ativo)	485.618	327.009	208.349
(Redução) / Aumento em outras obrigações	3.862.231	4.323.575	(174.110)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(6.945)	(12.714)	(22.669)
Alienação de imobilizado de uso	11.033	17.389	11.542
Aquisição de imobilização de uso	(9.517)	(20.911)	(32.686)
Aplicação no intangível	(8.461)	(9.192)	(1.525)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(129)	(135)	-
Aquisição de ações de própria emissão	(129)	(135)	-
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.544.083	857.829	573.044
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.774.655	2.460.909	1.887.865
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	3.318.738	3.318.738	2.460.909
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.544.083	857.829	573.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

O Banco desenvolve as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), foram concluídas em 20/01/2015 e aprovadas para divulgação em 19/02/2015.

Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (Resolução 4.007/11 do CMN) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para refletir o reconhecimento de atualização monetária sobre depósitos judiciais e passivos contingentes e certos ajustes nas demonstrações do fluxo de caixa, conforme demonstrado a seguir:

Balanco Patrimonial	<u>Saldo publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Saldo reapresentado</u>
Ativo	6.705.972	76.864	6.782.836
Circulante	6.139.783	-	6.139.783
Não Circulante	511.030	76.864	587.894
Outros Créditos	140.730	76.864	217.594
Devedores por depósito em garantia	108.200	63.950	172.150
Diversos – Ativo Fiscal diferido	32.530	12.914	45.444
Outras contas do ativo não circulante	370.300	-	370.300
Permanente	55.159	-	55.159
Passivo e Patrimônio Líquido	6.705.972	76.864	6.782.836
Passivo Circulante	5.140.404	57.866	5.198.270

Outras obrigações	1.555.325	57.866	1.613.191
Outras contas de outras obrigações	1.452.507	-	1.452.507
Fiscais e previdenciárias	102.818	57.866	160.684
Outras contas de Fiscais e previdenciárias	32.622	-	32.622
Provisão de IR diferido	15.554	25.580	41.134
Provisão p/riscos fiscais	54.642	32.286	86.928
Outras contas do passivo circulante	3.585.079	-	3.585.079
Resultado de exercícios futuros	531	-	531
Passivo Não circulante	425.614	-	425.614
Patrimônio Líquido	1.139.423	18.998	1.158.421
Reservas de Lucro	285.279	18.998	304.277
Outros itens do patrimônio líquido	854.144	-	854.144

<u>Demonstração do resultado</u>	<u>Saldo publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Saldo reapresentado</u>
Receitas da intermediação financeira	511.773	-	511.773
Despesas da intermediação financeira	(321.362)	-	(321.362)
Resultado bruto da intermediação financeira	190.411	-	190.411
Outras receitas (despesas) operacionais	(106.508)	4.110	(102.398)
Outras contas de outras receitas (despesas)	(113.668)	-	(113.668)
Outras receitas operacionais	28.720	6.761	35.481
Outras despesas operacionais	(21.560)	(2.651)	(24.211)
Resultado operacional	83.903	4.110	88.013
Resultado não operacional	(51)	-	(51)
Resultado antes da tributação sobre lucro	83.852	4.110	87.962
Imposto de renda e contribuição social	(38.683)	(1.644)	(40.327)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(29.585)	-	(29.585)
Ativo/passivo fiscal diferido – Impostos e contribuições	(9.098)	(1.644)	(10.742)
Lucro líquido do exercício	45.169	2.466	47.635

<u>Demonstrações do fluxo de caixa - Método Indireto</u>	<u>Saldo publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Saldo reapresentado</u>
---	-------------------------------	----------------------	-----------------------------------

Caixa gerado nas atividades operacionais	598.599	(2.886)	595.713
Lucro líquido do exercício	45.169	2.466	47.635
Ajuste ao lucro líquido	(1.598)	2.651	1.053
Outras contas de ajuste ao lucro líquido	(4.367)	-	(4.367)
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	2.769	2.651	5.420
Lucro líquido ajustado	43.571	5.117	48.688
Variação nos ativos operacionais	(462.817)	(5.117)	(467.934)
Outras contas com variação nos ativos operacionais	(604.764)	-	(604.764)
(Aumento) / Redução em outros créditos e outros valores e bens	141.947	(5.117)	136.830
Variação nos passivos operacionais	1.017.845	(2.886)	1.014.959
Outras contas com variação nos passivos operacionais	1.189.069	-	1.189.069
Redução em outras obrigações	(171.224)	(2.886)	(174.110)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(22.669)	-	(22.669)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(2.886)	2.886	-
Dividendos propostos	(2.893)	2.893	-
Reversão de dividendos propostos	7	(7)	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	573.044	-	573.044
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	573.044	-	573.044

3 Principais práticas contábeis

Resumo das principais práticas contábeis

a. *Apuração de resultado*

A apuração de resultado é reconhecida para fins contábeis pelo regime de competência.

b. *Estimativas contábeis*

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação

duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para obrigação atuarial e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas são revistas pelo menos anualmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.

c. *Ativos e passivos, circulantes e não circulantes*

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os demais ativos e passivos são considerados como não circulante.

d. *Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos*

As carteiras de títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- ***Títulos e valores mobiliários***

- Títulos para negociação,
- Títulos disponíveis para venda e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados; na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados aqueles que não se enquadram nas demais categorias descritas nos itens acima; na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, aqueles para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias para negociação e disponíveis para venda estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização decorrente de tal ajuste em contrapartida: (1) da adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e (2) da conta destacada do patrimônio líquido, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, os quais estão registrados no resultado do período, sendo registradas provisões para perdas sempre que houver perda permanente no valor de realização de tais títulos e valores mobiliários.

- ***Instrumentos financeiros derivativos***

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados pelo seu correspondente valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste ao valor de mercado em adequada conta de receita ou despesa, exceto os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*), que podem ser classificados como:

- I - “Hedge” de risco de mercado
- II - “Hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização são registradas em contrapartida às adequadas conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização são registradas em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

e. *Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa*

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e não vencidas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras, e na política de avaliação de risco da Administração do Banco, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas a mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7c.

Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.

f. *Ativo permanente*

Está demonstrado ao custo de aquisição combinado com os seguintes aspectos:

A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - edificações - 4%; instalações, móveis e equipamentos, sistema de segurança e de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados e transporte - 20%.

A amortização do diferido é calculada pelo método linear, no prazo de até dez anos ou segundo o prazo contratual, no caso de benfeitorias de bens locados.

A Lei nº 11.638 eliminou a conta do Ativo Diferido. O Conselho Monetário Nacional autorizou as Instituições Financeiras a manter o saldo de 31 de dezembro de 2008 até a sua completa amortização para baixa e para novas constituições, as Instituições Financeiras devem registrar no Ativo Diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um semestre social e que não configurem tão-somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional. A vinculação das despesas e dos gastos registrados no Ativo Diferido com o aumento do resultado de mais de um exercício social foi baseada em estudo técnico, coerente com as informações utilizadas em outros relatórios operacionais.

Ativo intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à

manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”.

h. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 (lucro semestral de R\$ 120), e a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias conforme Nota Explicativa nº 20. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

i. Negociação e intermediação de valores

As negociações e intermediação de valores são demonstradas pelo saldos das operações realizadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA pendentes de liquidações dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos.

j. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados; e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Banco, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído no mesmo grupo de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como "Despesas de juros e similares".

4 Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2014	2013
No início do exercício	<u>2.460.909</u>	<u>1.887.865</u>
Disponibilidades	7.789	5.262
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	2.453.120	1.882.603

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
No final do exercício	3.318.738	2.460.909
Disponibilidades	430.073	7.789
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	2.888.665	2.453.120
Aumento do Caixa e equivalentes de caixa	<u>857.829</u>	<u>573.044</u>

(*) Operações que da aquisição ao vencimento possuem prazo de até 90 dias.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Aplicações em operações compromissadas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
	Acima de 365 dias (*)	Total
Posição bancada		
LFT	-	355.639
LTN	2.264.028	1.885.998
NTN-B	<u>359.999</u>	<u>-</u>
	<u>2.624.027</u>	<u>2.241.637</u>
Posição financiada		
LFT	-	148.505
LTN	<u>239.140</u>	<u>-</u>
	<u>239.140</u>	<u>148.505</u>
Total	<u>2.863.167</u>	<u>2.390.142</u>

(*) São classificados no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial, pois, de acordo com a Administração, se trata do vencimento da operação e não ao lastro dos títulos, sendo inferior a 2 dias.

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Até 30 dias	3.752	-
De 31 a 180 dias	16.511	54.791
De 181 a 365 dias	17.542	678
Acima de 365 dias	<u>2.681</u>	<u>-</u>
Total	<u>40.486</u>	<u>55.469</u>

c. Aplicações em moedas estrangeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Até 30 dias (*)	<u>20.484</u>	<u>62.978</u>
Total	<u>20.484</u>	<u>62.978</u>

(*) Tratam-se de aplicações com liquidez imediata.

6 Títulos e valores mobiliários

Categorias				2014	2013
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Títulos para negociação	-	-	2.570	2.570	50.352
Títulos disponíveis para venda	499.781	1.250.836	306.749	2.057.366	1.140.834
Total	<u>499.781</u>	<u>1.250.836</u>	<u>309.319</u>	<u>2.059.936</u>	<u>1.191.186</u>

Categorias			2014	2013
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste	Valor de mercado
Títulos para negociação	2.601	2.570	(31)	50.352
Títulos disponíveis para venda	2.062.578	2.057.366	(5.212)	1.140.834
Total	<u>2.065.179</u>	<u>2.059.936</u>	<u>(5.243)</u>	<u>1.191.186</u>

Tipos de títulos			2014	2013
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste	Valor de mercado
Letras do Tesouro Nacional	2.052.488	2.047.355	(5.133)	1.054.489
Notas do Tesouro Nacional	12.691	12.581	(110)	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	136.697
Total	<u>2.065.179</u>	<u>2.059.936</u>	<u>(5.243)</u>	<u>1.191.186</u>

Para os títulos e valores mobiliários categorizados como "para negociação" e "títulos disponíveis para a venda", a avaliação a valor de mercado é efetuada descontando-se o fluxo futuro a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por área independente da área de negócios e que segue metodologia própria e as melhores práticas de mercado, de acordo com as características específicas de cada título, baseando-se principalmente em dados divulgados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA e ANBIMA. O ajuste de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” é reconhecido em conta especial do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os títulos classificados “para negociação” são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3d, o Banco registrou como ajuste de marcação ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, perda no montante de R\$ 356 (2013 – perda de R\$ 124), líquido dos efeitos tributários.

O montante de R\$ (656) (2013 – ganho de R\$ 4.011) foi registrado na conta de resultado em decorrência de

aplicação de Hedge Accounting de títulos classificados na categoria títulos disponíveis para venda.

7 Operações de crédito

a. Composição do total da carteira de crédito por setor de atividade

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Operações de crédito:		
Rural	22.091	12.103
Indústria	473.256	314.926
Comércio	213.754	220.463
Serviços	179.494	405.743
Pessoa física	<u>21</u>	<u>12</u>
	<u>888.616</u>	<u>953.247</u>
Outros créditos - Carteira de câmbio:		
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber:		
Indústria	586.813	330.254
Comércio	97.217	18.184
Serviços	<u>108.661</u>	<u>-</u>
	<u>792.691</u>	<u>348.438</u>
Total	<u>1.681.307</u>	<u>1.301.685</u>

b. Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A vencer:		
De 1 a 180 dias	869.711	584.590
De 181 a 365 dias	585.478	572.146
Acima de 365 dias	<u>226.118</u>	<u>144.948</u>
Total	<u>1.681.307</u>	<u>1.301.684</u>
Vencidas (Parcelas):		
Até 90 dias	<u>-</u>	<u>1</u>
Total	<u>1.681.307</u>	<u>1.301.685</u>

c. Composição da provisão por níveis de risco

De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, apresentamos a seguir a composição da carteira de operações de crédito e de outros créditos (carteira de câmbio - adiantamento de contratos de câmbio) com os correspondentes níveis de risco:

Total de operações – 2014

Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	1.239.215	-	1.859	0,15
A	0,50	21	-	-	0,79
B	1,00	381.089	3.811	9.413	2,47
C	3,00	11.235	337	778	6,93
D	10,00	27.656	2.766	3.935	14,23
G	70,00	22.091	15.464	15.464	70,00
		<u>1.681.307</u>	<u>22.378</u>	<u>31.449</u>	

Total de operações – 2013

Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Créditos em atraso	Total das operações	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	865.432	-	865.432	-	1.298	0,15
A	0,50	4.898	-	4.898	24	42	0,86
B	1,00	376.405	-	376.405	3.764	7.942	2,11
C	3,00	41.156	-	41.156	1.235	3.157	7,67
D	10,00	13.793	1	13.794	1.379	2.225	16,13
		<u>1.301.684</u>	<u>1</u>	<u>1.301.685</u>	<u>6.402</u>	<u>14.664</u>	

**2º semestre
2014**

Exercício

2014 2013

Créditos renegociados no período 74.687 350.646 298.260

As operações renegociadas são compostas basicamente por renovação nas operações de Capital de Giro.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não houve baixas para prejuízo e recuperações de créditos baixados como prejuízo.

A provisão constituída pelo Banco é maior que a provisão mínima requerida pelo BACEN, devido ao critério de provisão determinado pela Matriz (The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd), aplicado pelo Banco, que reflete a perspectiva de perda da Administração.

d. Concentração dos maiores devedores

	2014			2013		
	Saldo	% Carteira	Provisões	Saldo	% Carteira	Provisões
Maior cliente	231.771	14	348	188.569	14	283
10 seguintes maiores clientes	745.863	44	6.740	596.154	46	6.458
Demais clientes	703.673	42	24.361	516.962	40	7.923
	<u>1.681.307</u>	100	<u>31.449</u>	<u>1.301.685</u>	100	<u>14.664</u>

e. Movimentação da provisão

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte durante o exercício:

	2º Semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Saldo inicial	18.337	14.664	8.619
Constituição de provisão	21.635	29.528	12.304
Reversão de provisão	<u>(8.523)</u>	<u>(12.743)</u>	<u>(6.259)</u>
Saldo final	<u>31.449</u>	<u>31.449</u>	<u>14.664</u>
% da provisão sobre a carteira de créditos		<u>1,87</u>	<u>1,13</u>

8 Outros créditos – Diversos

	2014	2013
Adiantamentos e antecipações salariais	122	103
Créditos tributários s/ dif. temporarias (Nota Explicativa nº 20)	39.645	26.447
Créditos tributários s/ MTM Títulos disponíveis para venda	237	83
Impostos e contribuições a compensar	27.490	18.915
Devedores diversos – País	26	137
Pagamentos a ressarcir	34	10
Outros	<u>2</u>	<u>9</u>
Total	<u>67.556</u>	<u>45.704</u>

9 Ativo permanente

a. Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação a.a (%)	Custo		Depreciação acumulada		Valor líquido	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
		Terrenos	-	1.416	1.416	-	-
Edificações	4	28.945	27.229	12.082	9.545	16.863	17.684
Instal., móveis e equip. uso	10	7.364	6.941	1.922	1.344	5.442	5.597
Sistema de proc. dados	20	12.034	6.694	4.435	3.817	7.599	2.877
Sistema de transporte	20	1.075	1.075	767	588	308	487
Sistema de segurança	10	3.282	2.938	711	406	2.571	2.532
Sistema de comunicação	10	1.239	1.296	767	596	472	700
Imobilizações em curso (*)	-	<u>9.632</u>	<u>14.672</u>	-	-	<u>9.632</u>	<u>14.672</u>
Total		<u>64.987</u>	<u>62.261</u>	<u>20.684</u>	<u>16.296</u>	<u>44.303</u>	<u>45.965</u>

(*) Refere-se a gastos com projetos de expansão.

b. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização a.a (%)	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
		Gastos c/aquisições e desenv. de logiciais	20(*)	<u>29.167</u>	<u>19.975</u>	<u>14.775</u>	<u>10.845</u>
Total		<u>29.167</u>	<u>19.975</u>	<u>14.775</u>	<u>10.845</u>	<u>14.392</u>	<u>9.130</u>

(*) Implantação de novos sistemas.

c. Diferido

	Taxa de amortização a.a (%)	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
		Gastos c/aquisições e desenv. de logiciais	20	4.589	4.667	4.589	4.667
Instalação e adaptação de dependências	20	<u>1.035</u>	<u>1.036</u>	<u>1.011</u>	<u>973</u>	<u>24</u>	<u>63</u>
Total		<u>5.624</u>	<u>5.703</u>	<u>5.600</u>	<u>5.640</u>	<u>24</u>	<u>63</u>

10 Transações com partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ (controlador) e dependências, acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares.

	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	<u>428.720</u>	<u>(43.560)</u>	<u>7.421</u>	<u>(9.441)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – New York	48	-	287	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - London	7.828	-	2.263	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	420.642	-	4.862	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – Hong Kong	133	-	-	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Mexico	69	-	9	-
- juros	-	-	-	6.481
- variação cambial	-	(43.560)	-	(15.922)
Aplicações interfinanceiras de liquidez em M/E	<u>20.484</u>	<u>2.704</u>	<u>62.978</u>	<u>9.082</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	20.484	2.704	62.978	9.082
- juros	-	26	-	29
- variação cambial	-	2.678	-	9.053
Depósito à Vista	<u>(3.692)</u>	<u>-</u>	<u>(4.190)</u>	<u>-</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(3.692)	-	(4.190)	-
Obrigações por empréstimos e repasses	<u>(3.419.051)</u>	<u>(233.177)</u>	<u>(1.428.974)</u>	<u>(159.997)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	(3.419.051)	(233.177)	(1.428.974)	(159.997)
- juros	-	(146)	-	(96.731)
- variação cambial	-	(233.031)	-	(63.266)
Operações de Swap	<u>4.185</u>	<u>(9.544)</u>	<u>5.370</u>	<u>(4.166)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	4.185	(9.544)	5.370	(4.166)
- rendas de operações com derivativos	-	15.473	-	-
- despesas de operações com derivativos	-	(25.017)	-	(4.166)
Outras Obrigações - Prestação de serviços (*)	<u>(5.168)</u>	<u>19.926</u>	<u>3.810</u>	<u>13.375</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	(5.168)	19.380	3.810	12.555
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – Leasing and Finance	-	397	-	1.381
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – Tokyo	-	(55)	-	(51)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – London	-	204	-	(510)

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Assembléia Geral Ordinária dos acionistas realizada em 28 de abril de 2014 foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria tendo por limite o valor máximo de R\$ 14.052 a serem distribuídos entre os Diretores.

	2º Semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Remuneração fixa	2.868	5.150	4.265
Remuneração variável	<u>1.532</u>	<u>2.914</u>	<u>2.783</u>
Total	<u>4.400</u>	<u>8.064</u>	<u>7.048</u>

O pagamento de remuneração variável aos administradores está de acordo com a Resolução CMN nº 3.921, de 25/11/2010, sendo então diferido no período de, no mínimo três anos, e estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações, que representam 0,000243742% da totalidade.

O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

b. Outras informações

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau e
- Acionista controlador do Banco.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas.

Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativos, Fiscais, Consultivos e semelhantes.

11 Depósitos

	2014					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
À vista	143.748	-	-	-	-	143.748
A prazo (*)	-	<u>278.307</u>	<u>504.237</u>	<u>520.629</u>	<u>13.576</u>	<u>1.316.749</u>
Total	<u>143.748</u>	<u>278.307</u>	<u>504.237</u>	<u>520.629</u>	<u>13.576</u>	<u>1.460.497</u>

	2013					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
À vista	149.849	-	-	-	-	149.849
A prazo (*)	-	<u>622.189</u>	<u>410.740</u>	<u>813.232</u>	<u>43.694</u>	<u>1.889.855</u>
Total	<u>149.849</u>	<u>622.189</u>	<u>410.740</u>	<u>813.232</u>	<u>43.694</u>	<u>2.039.704</u>

(*) São classificados no Balanço Patrimonial no Passivo Circulante devido suas características de liquidez.

12 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a captações em moeda estrangeira com o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. para financiamento de operações de comércio exterior, com vencimento até dezembro de 2015, no montante de R\$ 1.383.202 (2013 - R\$ 337.825) e para captação externa na forma da Resolução nº 3.844, com vencimentos até junho de 2018 no montante de R\$ 2.035.849 (2013 - R\$ 1.091.149) e são atualizadas pela variação cambial acrescidas de “spread”, e repasses no país com vencimentos até julho de 2020 no montante de R\$ 212.600 (2013 – R\$ 68.992).

13 Carteira de câmbio

a. Outros créditos – Ativo

Descrição	2014	2013
Câmbio comprado a liquidar	3.663.697	1.034.472
Direitos s/venda de câmbio	2.681.348	728.160
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(20.908)	(12.672)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	2.295	1.743
Total	<u>6.326.432</u>	<u>1.751.703</u>

b. Outras obrigações – Passivo

Descrição	2014	2013
Câmbio vendido a liquidar	2.751.604	737.739
Obrigações por compras de câmbio	3.576.391	1.016.546
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(790.428)	(346.694)
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	32	-
Total	<u>5.537.599</u>	<u>1.407.591</u>

14 Fiscais e previdenciárias

Descrição	2014	2013
Provisão de IR e CSLL	45.632	29.113
Impostos e contribuições s/serviços de terceiros	291	315
Impostos e contribuições s/salários	3.151	2.671
Outros impostos a recolher	1.178	523
Provisão de IR diferido (Nota Explicativa nº 20)	45.313	41.134
Provisão p/riscos fiscais (Nota Explicativa nº 15)	98.698	86.928
Total	<u>194.263</u>	<u>160.684</u>

15 Ativos e passivos relacionados à contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

As provisões para passivos contingentes e fiscais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica “Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias” quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de

recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros Créditos - Devedores por Depósitos em Garantia”.

2014					
Provisão para passivos contingentes (iii)					
Descrição	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização/ Reversão	Saldo final	Depósitos Judiciais (iv)
Cíveis	11.374	1.878	3	13.249	1.056
Trabalhistas	7.088	469	2.250	5.307	1.026
Outros passivos (v)	<u>3.638</u>	<u>9.188</u>	<u>2.939</u>	<u>9.887</u>	<u>-</u>
	<u>22.100</u>	<u>11.535</u>	<u>5.192</u>	<u>28.443</u>	<u>2.082</u>
Provisão para riscos fiscais					
Federal	<u>86.143</u>	<u>11.737</u>	-	<u>97.880</u>	<u>158.347</u>
IR/CSLL (i)	37.199	1.776	-	38.975	100.928
COFINS (ii)	48.527	9.944	-	58.471	56.263
Outros	417	17	-	434	1.156
Municipal	<u>785</u>	<u>33</u>	-	<u>818</u>	<u>26.898</u>
Total	<u>86.928</u>	<u>11.770</u>	-	<u>98.698</u>	<u>185.245</u>
Total Geral	<u>109.028</u>	<u>23.305</u>	<u>5.192</u>	<u>127.141</u>	<u>187.327</u>

2013					
Provisão para passivos contingentes (iii)					
Descrição	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização/ Reversão	Saldo final	Depósitos Judiciais (iv)
Cíveis	6.396	4.978	-	11.374	1.000
Trabalhistas	4.205	5.521	2.638	7.088	684
Outros passivos (v)	<u>3.425</u>	<u>3.233</u>	<u>3.020</u>	<u>3.638</u>	<u>-</u>
	<u>14.026</u>	<u>13.732</u>	<u>5.658</u>	<u>22.100</u>	<u>1.684</u>

Provisão para riscos fiscais

Federal	76.141	13.509	3.507	86.143	144.832
IR/CSLL (i)	36.305	2.244	1.350	37.199	95.894
COFINS (ii)	39.363	11.082	1.918	48.527	47.762
Outros	473	183	239	417	1.176
Municipal	<u>555</u>	<u>378</u>	<u>148</u>	<u>785</u>	<u>25.634</u>
Total	<u>76.696</u>	<u>13.887</u>	<u>3.655</u>	<u>86.928</u>	<u>170.466</u>
Total Geral	<u>90.722</u>	<u>27.619</u>	<u>9.313</u>	<u>109.028</u>	<u>172.150</u>

- (i) Refere-se, principalmente, a obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores. O Banco aderiu ao programa instituído pela Lei 11.941/09 (Programa REFIS) desistindo da discussão judicial. Todavia essa discussão ainda não foi transitado em julgado, portanto, não houve impacto contábil.
- (ii) Refere-se a obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.718/98. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos o risco de perda para tal processo é possível.
- (iii) A provisão para passivos contingentes está registrada na conta Outras obrigações - Provisão para passivos contingentes.
- (iv) O saldo de depósitos judiciais inclui os depósitos para riscos avaliados como possível ou remoto de perda.
- (v) Refere-se a provisão para risco de perdas com avais e fianças baseados em critérios semelhantes a Resolução CMN nº 2.682/99, vide Nota Explicativa nº 23.

Existem outros processos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 14.733 (2013 - R\$ 14.423) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

16 Outras obrigações – Diversas

Descrição	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão para pagamentos a efetuar – despesas de pessoal	19.446	15.416
Prov. p/ pagamentos a efetuar – outras despesas administrativas	6.875	685
Prov. p/pagamentos a efetuar – outros pagamentos	565	871
Credores diversos País	<u>1.691</u>	<u>908</u>
Total	<u>28.577</u>	<u>17.880</u>

17 Patrimônio líquido

O capital social é representado por 4.356.234.893 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 13.648.394 de ações de acionistas residentes no país, 24.665.842 ações em tesouraria e 4.317.920.657 ações de residentes no exterior.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, calculados sobre o total de ações em circulação, descontada o percentual de ações em tesouraria. Para este exercício foi destacado o montante de R\$ 2.195 (2013 - R\$ 2.617).

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de Capital de Giro e Manutenção de Margem Operacional conforme previsto no Estatuto.

18 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços de ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras da Instituição nos diversos mercados onde atua. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como “hedge” possuem sempre risco de crédito igual ou inferior àquele do instrumento financeiro coberto.

O valor de mercado dos “swaps” é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas pontas, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As operações a termo são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço.

Operações de futuros - os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas, os ajustes diários dessas operações em 31 de dezembro foram de R\$ 106.135 (2013 – R\$ 23.005).

As principais curvas de taxas de juros são extraídas das operações de futuros e negociados e custodiados na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA e das operações de “Swap” custodiados na Cetip S.A. – Mercados Organizados.

Em 31 de dezembro, as posições em instrumentos financeiros derivativos eram representadas como segue:

	2014			
	Até 90 dias	De 91 até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Futuros - Valor referencial	4.806.030	3.377.594	6.937.688	15.121.312
Compra	2.269.159	1.685.158	6.050.454	10.004.771
Cupom Cambial	241.871	1.479.618	5.480.281	7.201.770
Moeda Estrangeira	1.636.247	-	-	1.636.247
Taxa de Juros	391.041	205.540	570.173	1.166.754
Venda	2.536.871	1.692.436	887.234	5.116.541
Cupom Cambial	990.232	-	35.032	1.025.264
Moeda Estrangeira	686.904	-	-	686.904
Taxa de Juros	859.735	1.692.436	852.202	3.404.373
	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
Swap - Total Líquido	6.826.500	(557.348)	(677.363)	120.015
CDI X BBA Libor	1.716.694	(205.944)	(269.910)	63.966
CDI X US\$	2.611.056	(348.997)	(397.208)	48.211
LIBOR X PRÉ	1.136.390	4.185	(1.191)	5.376
BBA Libor X US\$	1.214.384	615	(1.259)	1.874
PRÉ X CDI	31.180	(127)	216	(343)
PRÉ X US\$	116.796	(7.080)	(8.011)	931
	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
NDF - Total Líquido	1.020.258	18.684	18.133	551
Posição Comprada	439.048	21.633	23.117	(1.484)
Dólar	370.518	23.774	24.694	(920)
Euro	3.202	39	39	-
Franco Suíço	1.154	(64)	(63)	(1)
Ien	64.174	(2.116)	(1.553)	(563)

Posição Vendida	581.210	(2.949)	(4.984)	2.035
Dólar	253.157	(13.036)	(14.217)	1.181
Euro	24.931	(748)	(814)	66
Ien	303.122	10.835	10.047	788

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Diferencial		Diferencial	
	<u>a receber</u>	<u>a pagar</u>	<u>a receber</u>	<u>a pagar</u>
Total	<u>56.936</u>	<u>595.600</u>	<u>12.959</u>	<u>268.592</u>
Swap	21.217	578.565	9.942	250.131
NDF	35.719	17.035	3.017	18.461

	2013			
	Até 90 dias	De 91 até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Futuros - Valor referencial	<u>1.235.361</u>	<u>1.698.589</u>	<u>3.016.032</u>	<u>5.949.982</u>
Compra	<u>464.705</u>	<u>995.272</u>	<u>2.518.169</u>	<u>3.978.146</u>
Cupom Cambial	284.990	981.806	2.344.921	3.611.717
Moeda Estrangeira	179.715	-	-	179.715
Taxa de Juros	-	13.466	173.248	186.714
Venda	<u>770.656</u>	<u>703.317</u>	<u>497.863</u>	<u>1.971.836</u>
Cupom Cambial	-	22.239	5.757	27.996
Moeda Estrangeira	305.134	-	-	305.134
Taxa de Juros	465.522	681.078	492.106	1.638.706

	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
Swap - Total Líquido	<u>3.789.478</u>	<u>(240.188)</u>	<u>(261.610)</u>	<u>21.422</u>
CDI X US\$	1.625.351	(194.013)	(193.272)	(741)
CDI X BBA-Libor	539.064	(49.552)	(65.488)	15.936
LIBOR X PRÉ	1.581.306	5.370	(1.114)	6.484
PRÉ X CDI	31.040	(78)	51	(129)

	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
PRÉ X US\$	12.717	(1.915)	(1.787)	(128)
NDF - Total Líquido	367.276	(15.443)	(11.873)	(3.570)
Posição Comprada	49.170	2.590	1.962	628
Dólar	49.170	2.590	1.962	628
Posição Vendida	318.106	(18.033)	(13.835)	(4.198)
Dólar	273.168	(17.680)	(13.669)	(4.011)
Euro	43.325	(382)	(211)	(171)
Ien	1.613	29	45	(16)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

O quadro a seguir resume os valores depositados na BM&FBOVESPA em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro:

Valores em garantia - BM&FBOVESPA

Tipo de título	Quantidade	2014	2013
		Valor	Valor
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	125.053
Letras do Tesouro Nacional	1.534.578	1.445.591	799.379
Total	1.534.578	1.445.591	924.432

19 “Hedge”- “Hedge” de risco de mercado

O Banco adota a política de proteção em consonância com suas políticas de gestão de risco. Estas operações de “hedge” são realizadas em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082 de 30/01/2002, que exige avaliação periódica de efetividade de “hedge” e o registro a mercado tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de “hedge”, considerando tratar-se de uma operação de “hedge” de risco de mercado.

O Banco possui contratos de swap e futuros utilizados como instrumentos de “hedge”, em estratégia de “hedge” de valor justo.

Os objetos de “hedge” são títulos e valores mobiliários inicialmente designados como disponíveis para venda, e obrigações por empréstimos no exterior.

As estratégias de “hedge” visam proteger o Banco contra: (i) risco de variação cambial e risco de variação na taxa de juros para pagamentos de principal e juros, referente às captações de recursos contraídas no exterior indexados pela moeda norte americana e (ii) risco de variação na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais a taxa de juros pré-fixada.

A efetividade verificada na carteira de “hedge” encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

Instrumento/operação	Estratégia 1	Estratégia 2
Instrumento de “hedge”	Operações de swap contratadas fora do Brasil e futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de futuros contratadas na BM&FBOVESPA
Objeto de “hedge”	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)
	Valor referencial	Valor MtM
Instrumentos de “Hedge”		
Contratos de futuros - DDI	2.339.996	-
Contratos de futuros - DI	2.430.766	-
Contratos de futuros - DOL	<u>530.394</u>	-
Total Futuros	<u>5.301.156</u>	<u>-</u>
Contratos de swap (Libor x PRÉ)	<u>151.749</u>	<u>(68)</u>
Total	<u>5.452.905</u>	<u>(68)</u>

Captação de Recursos Externos

Para apuração do valor de mercado das captações de recursos externos foram utilizadas as taxas médias praticadas para operações com prazo e indexador similar na data do balanço conforme divulgações da BM&FBOVESPA, acrescidas dos custos de captação, de produção e operacionais, passíveis de verificação, necessários para a originação e manutenção até o vencimento dessas operações, de forma a refletir adequadamente os efeitos dessas taxas de juros no resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 o valor de mercado dos itens objeto de “hedge” de captação de recursos externos é de R\$ 1.827.638 (2013 – R\$ 700.430) e o valor de mercado dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” é de R\$ 1.828.362 (2013 – R\$ 701.933) de Futuros “passivo” e R\$ (66.795) (2013 – R\$ (1.036)) de swap.

No exercício o resultado dos itens objeto de “hedge” foi de R\$ (134.007) (2013 - R\$ (85.911)) e dos instrumentos financeiros derivativos foi de R\$ 122.863 (2013 – R\$ 85.903).

O saldo do ajuste de avaliação ao valor justo das captações de recursos externos objeto de “hedge” perfaz o montante de R\$ (5.188) (2013 – R\$ 6.128), registrado em “Obrigações por empréstimos do exterior”. O ajuste

positivo no exercício foi registrado em adequada conta de despesas de empréstimo do exterior no montante de R\$ 11.317 (2013 – R\$ 1.058).

Títulos Públicos Federais

Para apuração do valor de mercado dos títulos públicos federais utilizamos a curva interna que tem como referência os PUs divulgados pela ANBIMA.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor contábil dos itens objeto de “hedge” da aplicação é de R\$ 1.503.313 (2013 – R\$ 611.450), e o valor de mercado dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” é de R\$ (1.242.269) (2013 – R\$ (611.877)) de Futuros “ativo”.

No exercício, o resultado dos itens objeto de “hedge” foi de R\$ 52.382 (2013 - R\$ 25.260) e dos instrumentos financeiros derivativos foi de R\$ (52.489) (2013 – R\$ (24.678)).

O saldo do ajuste de avaliação ao valor justo das aplicações em renda fixa perfaz o montante de R\$ (4.619) (2013 – R\$ (3.963)), registrado em “Títulos e Valores Mobiliários”. O ajuste negativo no exercício foi registrado em adequada conta de receitas de títulos de renda fixa no montante de R\$ 656 (2013 – R\$ 8.877).

20 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações dos exercícios são demonstrados a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	75.076	87.962
Total das adições	<u>144.667</u>	<u>19.428</u>
- Despesas administrativas, de pessoal e tributárias	2.318	1.248
- Provisão para passivos contingentes fiscais, cíveis e trabalhistas	17.204	596
- Provisão de outros créditos e de operações de crédito	16.785	6.045
- Provisão para passivos contingentes Fiança	914	212
- Provisão para Bonus a pagar	3.270	8.442
- Provisão pagamento PLR	1.595	-
- Provisão para pagamento de despesas administrativas e de pessoal	6.875	685
- Ajuste ao valor contábil dos futuros DI/DDI (Accrual X MTM)	93.506	-
- Despesas de Transfer Pricing	2.200	2.200
Total das exclusões	<u>(105.366)</u>	<u>(34.291)</u>
- Provisão para pagamento de despesas administrativas	(685)	(1.349)
- Ajuste positivo ao valor de mercado – TVM e derivativos	(97.068)	(22.629)
- Atualização de Depósitos Judiciais	(6.885)	(6.761)
- Ajuste ao valor contábil dos futuros DI/DDI (Accrual X MTM)	-	(1.622)
- Outras despesas	<u>(728)</u>	<u>(1.930)</u>
Sub-total	<u>114.377</u>	<u>73.099</u>

Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social após compensação	114.377	73.099
Imposto de renda e contribuição social	(45.632)	(29.113)
IRPJ e CSLL - Valores diferidos	9.018	(10.742)
Ajuste de exercicios anteriores	264	(472)
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(36.350)</u>	<u>(40.327)</u>

O Banco constitui crédito tributário parcial decorrente de diferenças temporárias de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.059 e posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 3.355. O montante de créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 44.779 (2013 - R\$ 33.442).

A Administração do Banco, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31 de dezembro de 2014, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá de acordo com os vencimentos das parcelas dos contratos para as provisões para as operações de créditos e fiança, e de acordo com a estimativa de encerramento dos processos informados pelos escritórios de advocacia para as provisões trabalhistas.

	Diferenças Temporárias	Crédito tributário
Provisões para Operações de Crédito	27.928	11.171
Provisões para Outros Créditos	3.521	1.409
Provisão para Passivo Contingente	15.195	6.078
Provisão Part. Lucros e Resultados	1.595	638
Provisão para Pagamentos a Efetuar	18.587	7.435
Atualização de Provisão Passivos Conting. (até 2013)	32.286	12.914
Ajuste a Valor de Mercado – Tits. Disp. Venda	593	237
Total	<u>99.705</u>	<u>39.882</u>

Movimentação de Crédito Tributário

	2014	2013
Saldo inicial	26.530	13.874
Constituição de crédito tributário	14.064	20.031
Reversão/realização de crédito tributário	<u>(712)</u>	<u>(7.375)</u>
Saldo final	<u>39.882</u>	<u>26.530</u>

Movimentação do Passivo Fiscal Diferido

	2014	2013
Saldo inicial	41.134	6.968
Atualização Depósito Judicial	2.754	25.580
Ajuste a valor de mercado de instr. financeiros derivativos	3.521	8.910
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	<u>(2.096)</u>	<u>(324)</u>
Saldo final	<u>45.313</u>	<u>41.134</u>

De acordo com o estudo técnico do Banco, a expectativa de realização dos créditos tributários é demonstrada abaixo:

2014			2013		
Ano	Expectativa de Realização de Crédito Tributário	Valor Presente Crédito Tributário (taxa DI)	Ano	Expectativa de Realização de Crédito Tributário	Valor Presente Crédito Tributário (taxa DI)
			2014	10.791	9.831
2015	17.256	15.468	2015	1.039	862
2016	9.174	7.370	2016	608	460
2017	1.992	1.434	2017	580	400
2018	1.960	1.265	2018	580	364
2019	1.964	1.136	2019	<u>18</u>	<u>10</u>
2020	1.516	786		13.616	11.927
2021	1.505	780			
2022	1.505	780			
2023	1.505	780			
2024	<u>1.505</u>	<u>780</u>			
	39.882	30.579			

21 Acordo da Basiléia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.913/13 e 4.912/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	2014	2013
Risco de Crédito	2.481.759	1.700.433
Risco de Mercado	1.026.849	545.038
Risco Operacional	286.484	201.520
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	3.795.092	2.446.991
Patrimônio de Referência (PR)	1.192.821	1.139.360
Patrimônio de Referência Exigido (RWA*11%)	417.460	269.169
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	775.361	870.191
Índice de Basiléia (IB) - PR/RWA	31,43%	46,56%

22 Plano de previdência complementar

O Banco é patrocinador de um plano de benefício complementar, Plano de Benefícios PREVIDA de Benefício Definido, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., contribuindo mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios prestados pela previdência social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o montante dessa contribuição foi de R\$ 1.329 (2013 - R\$ 137).

Em 31 de dezembro de 2014 (data da avaliação atuarial mais recente), conforme cálculos atuariais, a Previdã apresentou obrigação atuarial a valor presente no montante de R\$ 72.780 sendo que o valor justo dos ativos totalizava e apresentava R\$ 67.444; conseqüentemente, conforme o disposto no art. 49, alínea “g” da Deliberação CVM nº 600 de 07 de outubro de 2009, foi reconhecido nas demonstrações financeiras o passivo no valor de R\$ 5.336 registrado na conta de provisão para passivos contingentes.

A determinação do passivo atuarial considerou as seguintes principais premissas:

Taxa de desconto	10,77% ao ano
Taxa de retorno esperada dos investimentos	10,77% ao ano
Índice de aumento salarial estimado	6,59% ao ano
Índice de reajuste de benefícios estimado	4,50% ao ano
Taxa de inflação	4,50% ao ano

Este plano foi fechado para novos participantes no ano de 2011.

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, FITPREV Plano de Benefícios de Contribuição Definida, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., para seus funcionários e administradores admitidos após o fechamento do Plano Previdã, sendo que o valor da contribuição no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 1.077 (2013 - R\$ 807).

As obrigações atuariais do Plano FITPREV estão integralmente cobertas pelo patrimônio do plano.

23 Outras informações

- Avais e fianças prestados totalizam a R\$ 372.180 (2013 - R\$ 201.477), com provisão no montante de R\$ 4.552 (2013 - R\$ 3.638), baseado em critérios consistentes aos estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, alinhado a expectativa de perda da administração.
- Os patrimônios líquidos dos fundos de investimento administrados pelo Banco totalizam a R\$ 158.308 (2013 - R\$ 243.035), sendo representado por 3 Fundos.
- Composição despesas de pessoal:

	2º semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Despesas de Honorários	4.400	8.064	7.048
Despesas de Pessoal - Benefícios	3.991	7.897	7.499
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	14.233	26.727	19.424
Despesas de Pessoal - Proventos	31.457	59.442	51.816
Despesas de Pessoal - Treinamento	288	397	333
Total	<u>54.369</u>	<u>102.527</u>	<u>86.120</u>

- Composição outras despesas administrativas:

	2º semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Despesas de serviços técnicos especializados	10.143	18.119	13.500
Despesas de processamento de dados	4.204	8.107	6.886
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.967	6.975	4.584
Despesas de amortização e depreciação	4.720	9.153	7.813
Despesas de aluguéis	1.499	2.882	2.501
Despesas de viagens ao exterior	1.125	2.520	2.680
Despesas de serviços de terceiros	967	1.881	2.277
Despesas de comunicações	936	1.857	1.450
Despesas de serviços vigilância e segurança	841	1.838	1.614
Despesas de manutenção e conservação de bens	981	1.702	1.205
Despesas de viagens no país	234	663	581
Despesas de água, energia e gás	256	491	437
Outras despesas administrativas	<u>2.137</u>	<u>4.099</u>	<u>4.133</u>
Total	<u>32.010</u>	<u>60.287</u>	<u>49.661</u>

e) Composição outras receitas operacionais:

	2º semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	6.885	6.885	7.376
Recup. encargos e despesas de tributos e contrib.	-	-	7.571
Outras recuperação de encargos e despesas	456	886	1.464
Reversão de provisões operacionais	205	1.545	17.504
Atualização monetária de imp.e contrib. a compensar	17	19	71
Outras rendas operacionais	<u>255</u>	<u>355</u>	<u>1.495</u>
Total	<u>7.818</u>	<u>9.690</u>	<u>35.481</u>

f) Composição outras despesas operacionais:

	2º semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Provisão para passivos trabalhistas	271	288	5.422
Provisão para riscos fiscais	7.215	11.793	11.979
Provisão para passivos contingentes	1.833	2.967	5.521
Provisão para passivos atuarial – Previdã	5.336	5.336	-
Outras despesas operacionais	<u>50</u>	<u>305</u>	<u>1.289</u>
Total	<u>14.705</u>	<u>20.689</u>	<u>24.211</u>

g) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, que converteu a Medida Provisória nº 627. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, a Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS.

A referida Lei ainda será regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas demonstrações contábeis.

24 Convergência as Normas Internacionais de Contabilidade

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);

- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);

- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);

- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

- Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);

- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);

- Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) e

- Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2014.

A descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos encontra-se disponível em nossa página, na rede mundial de computadores (*Internet*) no sítio: www.br.bk.mufg.jp.

Risco de Crédito

Em atendimento à Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito, sendo o Departamento *Risk Management - Grupo Credit Risk Control* o responsável pelo monitoramento e controle dos riscos de crédito bem como o cumprimento à política de crédito.

Risco de Mercado

Em atendimento à Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado, sendo o Departamento de *Risk Management - Grupo Market Risk Control* a área responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado assumidos pelo Banco.

Risco de Liquidez

Em atendimento à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez, sendo o Departamento de *Risk Management - Grupo Market Risk Control* a área responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez assumidos pelo Banco.

Risco Operacional

Em atendimento à Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, e adota como metodologia a “Abordagem do Indicador Básico” para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao Risco Operacional, conforme Circular do Banco Central do Brasil nº 3.640, de 4 de março de 2013.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital

Em atendimento aos artigos 10º e 12º da Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A indicou em 25 de novembro de 2011 o diretor responsável e definiu o Departamento *Risk Management* - Grupo *Credit Risk Control* como a estrutura organizacional para a implementação da estrutura de gerenciamento de capital. Em reunião de diretoria realizada em 27 de junho de 2012, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A aprovou a Política Institucional, os processos, procedimentos e sistemas necessários para a implementação da Estrutura de Gerenciamento de Capital. Em conformidade com os artigos 5º e 8º da Resolução nº 3.988 foi aprovado em Reunião de Diretoria, o Plano de Capital do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria que, além do Diretor Responsável possui um Ouvidor, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

19 de fevereiro de 2015

A Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e à Administração do
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira do banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A em 31 de Dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 19 de Fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Endereços e Telefones

Matriz - São Paulo - SP

Av. Paulista, 1.274

Caixa Postal 2840

CEP 01310-925 Bairro: Bela Vista

Tel.: (0xx11) 3268-0211

Fax: (0xx11) 3268-0232 / 3268-0453

Rio de Janeiro - RJ

Praia de Botafogo, 228 - 8º andar

CEP 22359-900 Bairro: Botafogo

Tel.: (0xx21) 2553-1840

Fax: (0xx21) 2551-6963